

Carlos Ferreira Wanderley

Universidade Federal de Goiás (UFG)

posgeo.iesa.ufg@gmail.com

IDENTIDADES DO TERRITÓRIO SOLIDÁRIO: espaço de resistência e pertença em seu projeto

INTRODUÇÃO

Inúmeros estudos no Brasil já se debruçaram sobre a economia solidária, destacando-se os que foram desenvolvidos pelo professor Paul Singer¹. De um modo geral, lideram pesquisas que tratam da categoria econômica e de inserção ao trabalho e renda², seguidas das que abordam a economia solidária enquanto espaço de relações interpessoais, e portanto, de socialização e conflito³.

Propomos direcionar este trabalho num viés ainda menos explorado - pelo menos na perspectiva da geografia humana - quanto aos tipos de identidades construídas e em construção, reveladas e em processo de revelação no âmbito de seus territórios. Nossos supostos orientam para nos determos nas identidades de resistência e de projeto, as quais estariam sendo “trabalhadas/operadas” pelos seus sujeitos.

Das identidades de resistência e de projeto aventadas por Manuel Castells em “O Poder da Identidade”⁴, outros pesquisadores assumirão aqui a tarefa de suportar teoricamente as ideias deste sociólogo, bem como, o que se entendeu como território

¹ Paul Singer é professor-titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) e surge ainda nos anos 1980, juntamente com Luiz Inácio Gaiger, como principal referência teórica da Economia Solidária enquanto projeto institucional no Brasil.

² Barbosa (2007); Belini & Nascimento (2005); Benini & Benini (2005); Cattani (2002), França (2002,2003); Freitas (2010); Gaiger (2007); Quijano, (2002); Mance (2002); Tauille, J.R.: Debaco, (2002); Singer (2000, 2001, 2004), Srorch (1987); entre outros

³ Souza & Vasconcelos (2005); Nazzari (2008); entre outros. Acrescenta-se que é comum encontrar em autores que analisam a economia solidária como categoria econômica e de inserção ao trabalho e renda, abordagens de opção relacional e vice versa.

⁴ Não nos deteremos em analisar a *identidade legitimadora* neste estudo, por não a reconhecermos funcionando na economia solidária, apesar de fazer parte da tripla análise das identidades de Castells (1999).

de pertença, - outra “pegada” da identidade - e que neste caso, autores que se empenham nesta linha ajudarão na tarefa de identifica-lo.

Para o fato de como ela é construída, o próprio Castells (1999, p.22-24) diz que “cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade”, pois a identidade “é fonte de significados e experiência de um povo”. Neste sentido, questionamos se a economia solidária, de seus princípios fundantes à atuação poderia ser espaço de construção do tipo de identidade de resistência, ou seja, a formação de *comunas* ou *comunidades*, como pensa Etzioni (1993), quando trata da dinâmica do capitalismo moderno. Ou de projeto, isto é, produtora de sujeitos e não de indivíduos, conforme preconizam Alain Touraine (1995) e Castells (1999). Ou mesmo de pertença como defendem Fabio Pollice (2010) e Milton Santos (2002, p.9), sobretudo, quando este último diz que “identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. E que “é diretamente relacionado a produção e atividade exercidas pelo indivíduo”. Ademais, questionamos ainda, se haveriam rivalidades em construir estas identidades, numa simultaneidade pela mesma agência, isto é, pelo mesmo operador.

OBJETIVOS

O objetivo e desafio da pesquisa⁵ é tentar analisar, a partir dos princípios da economia solidária às relações vivenciadas, desde as primeiras experiências às atuais, que seus espaços - nas perspectivas das identidades de resistência e projeto e até mesmo de pertença - sinalizam para presenças significativas. Contudo, poderemos tirar como proveito e interesse uma visão “menos afetada” das sociologias identitárias *castelliana*, *touraineana*⁶ e *etzioniana*⁷ e de outros autores não menos importantes, como é caso de Pollice (2010) e de Almeida (2005).

⁵ O desafio é também por tratar-se de um estudo pelo ângulo de um não-geógrafo (o autor é bacharel em Administrador), e de quem apreendeu muito que incipientemente até este momento o pensamento provocador da geografia humana em seus desdobramentos sociológicos e antropológicos.

⁶ Manuel Castells se sustenta no sociólogo Alain Touraine (1995) quando defende que “a identidade de projeto produz sujeitos e não indivíduos”. (CASTELLS, 1999, p.26)

METODOLOGIA

Trilhamos por uma abordagem dialética histórica e de incursão empírica, tendo ainda autores da economia solidária como principal fundamentação, entre eles, Paul Singer (2002, 2004), Euclides Mance (2002), Marlene Grade (2011) e o geógrafo anarquista Élisée Reclus (1985). Ressaltando, todavia, o que trazemos aqui - parafraseando Milton Santos (2002) - é muito mais um embrionário estudo carregado de perguntas que algo terminado.

IDENTIDADES DO TERRITÓRIO SOLIDÁRIO: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E PERTENÇA EM SEU PROJETO

Se o argumento central de Pollice (2010, p.355) em seu trabalho “O papel da identidade territorial no desenvolvimento local”, é o de que a identidade é dinâmica e muda no tempo à semelhança de todas as outras componentes territoriais e do território no seu complexo, Castells (1999, p. 24) por sua vez, defenderá a ideia de uma construção social da identidade, a partir da sociedade em rede, comportando um contexto marcado por relações de poder e distinguindo-se em três formas e origens de construção, quais sejam, identidade legitimadora, identidade de resistência e identidade de projeto e assim, a possibilidade de haver identidades múltiplas, também defendidas por Stuart (1997).

Nas palavras de Castells, “essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autorepresentação quanto na ação social” (*Ibid.*,1999, p.22). Neste caso, exorta para a necessidade em “estabelecer a distinção⁸ entre identidade e o que tradicionalmente os sociólogos têm chamado de papéis, e conjunto de papeis”. Isto

⁷ Castells se afina a Amitai Etzioni (1993), um sociólogo germano-estadunidense-israelense que vislumbra a identidade de resistência formada a partir de comunas ou comunidades (CASTELLS, 1999, p.25)

⁸ O próprio Castells (1999, p.22-23) apresenta esta distinção. Papeis: definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade (ser trabalhador, mãe, militante socialista, sindicalista, etc.) e Identidades: fontes de significados para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. [...] embora, as identidades também possam ser formadas a partir de instituições dominantes.

porque, “identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem”. Sem falar que “identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções”. (Ibid., 1999, p. 22)

Na tripla análise de Castells a identidade de resistência seria construída por atores em condições desvalorizadas pela lógica da dominação construindo trincheiras de resistência. Já a identidade de projeto, para ele, funcionaria “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”. Neste interim, surge a questão do pertencimento que vincular-se-ia mais ao território, pois como bem relata Pollice (2010, p. 351), “o território como espaço de pertença torna-se um produto sentimental, social e simbólico, em que são baseados os desenvolvimentos das identidades locais retrospectivas e prospectivas”. E a visão de Gómez (2001, p.20), em que o território é um conceito relacional que insinua um conjunto de vínculos de domínio, de poder, de pertencimento ou de apropriação entre uma porção ou a totalidade do espaço geográfico e um determinado sujeito individual ou coletivo”. Já Almeida (2005, p.110) vai categorizar, neste contexto, como uma “identidade territorial”, pois “há singularidades de acordo com o grau de pertencimento dos indivíduos ou grupos sociais” e que “são dinâmicas, móveis e adquirem feições de resistências”. Desse modo, podemos de algum maneira sustentar até aqui, que a economia solidária engendra e operacionaliza estes aspectos e características em sua proposta e vida coletiva, sobretudo, quando se é articulado por seus sujeitos uma procura por autonomização⁹.

Senão vejamos. Paul Singer (2002, p.51), na formulação dos princípios que regem o projeto da economia solidária, sustenta que “na economia solidária, pratica-se a autogestão, administra-se democraticamente”. Esta “autogestão tem como

⁹ A autonomização colocada, está como possibilidade de autogestão e/ou como o sujeito da economia solidária poderia ser dono do processo produtivo na dinâmica capitalista. Isto porque não acreditamos em emancipação, se mantida a mesma ordem social.

principal mérito o desenvolvimento humano proporcionado aos participantes, não a eficiência econômica, embora ela seja necessária”. E mais,

a racionalidade da empresa solidária segue uma lógica diferente da posta pelas empresas capitalistas. Ela surge não somente para permitir ganhos aos sócios, mas a criação de trabalhadores em luta contra o capitalismo, como também exige de seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição capitalista e a favor da primazia do trabalho sobre o capital. É regida pelos princípios da propriedade coletiva ou associada do capital e do direito à liberdade individual, os quais unem todos os que produzem numa única classe de trabalhadores, os possuidores de capital por igual em cada cooperativa. O resultado material desse processo é a solidariedade e a igualdade. (SINGER, 2002, p.51)

A luta coletiva é o cerne da economia solidária que Castells defende como identidade de resistência, (1999, p.24), pois é “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõe Calhoun (1994)¹⁰ ao explicar o surgimento da política de identidade”. CASTELLS, 1999, p.24)

Conquanto a identidade de resistência seja também uma das características do economia solidária, diríamos, que não se ver rivalidades e nem seria um desfoque da identidade de projeto também identificada nesta categoria. Posição reforçada em Grade e Aued (2011, p.8) quando tratam da economia solidária: “este espaço socializante, embora ainda capitalista, destrói todos os espaços individuais”. E que “a socialização é uma necessidade histórica”. Na visão de Leff (2001, p.121) essa construção se faz possível quando baseada no pressuposto de “uma racionalidade ambiental que substituirá a racionalidade econômica”.

Euclides Mance (2002, p. 37-42), por sua vez, ver a sociedade funcionando em redes de colaboração solidária - em consonância com Manuel Castells - tendo como pressuposto principal a formação de uma sociedade em rede. Para Mance, “a organização de redes de colaboração solidária, tende a construir uma sociedade alternativa ao capitalismo, valendo-se dos recursos que nele foram produzidos”. No

¹⁰ Craig Calhoun (1994) é professor de Sociologia e História na Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill.

entanto, segundo ele, para a viabilização dessa organização, uma condição é necessária, “que todos os que aderirem ao projeto pratiquem o consumo solidário, ou seja, deem preferência a produtos produzidos pelas redes de colaboração solidária”. (MANCE, 2002, p. 37-42)

Perguntamos, se seria então o que Raffestin (1993) tanto defende quando trata do sistema territorial, representado pelas tessituras, nós e redes e, portanto, componentes da produção do território. No nosso caso, os empreendimentos de economia solidária organizados nesta perspectiva. E mais, não estamos então diante de uma identidade de resistência e de projeto nas perspectivas *touraineana*, *etzioniana e castelliana*? Insistindo, não estaríamos também enxergando um espaço de pertencimento nos moldes *polliceano e miltoniano*?

Na realidade, o sonho de formar uma sociedade emancipada e de cunho solidário, há tempos permeia o imaginário dos povos. Robert Owen (1770-1858), um dos “socialistas utópicos”, na concepção de Engels(s/d), estabelece sua vida ao redor de uma estrutura social na qual todas as pessoas têm seus afazeres e seus espaços específicos previamente determinados. Além das iniciativas de Owen, surgem as de Pierre Joseph Proudhon (1809-1865), com um único sonho, o de formar esta nova sociedade.

Dos primeiros instantes da cooperação organizada, vemos o cenário de uma Europa conturbada por uma Revolução Industrial acelerada e uma Revolução Francesa decepcionante: “O estado da razão falira completamente; [...] A ‘liberdade’ da propriedade dos entraves feudais; e a ‘fraternidade’ do lema revolucionário tomou corpo nas deslealdades e na inveja” (ENGELS, s/d).

Desse modo, Engels (s/d) ressalta que “faltavam apenas os homens que pusessem em relevo o desengano, e esses homens surgiram nos primeiros anos do século XVIII, como Saint-Simon, Fourier, Robert Owen e Élisée Reclus. Chamados por Engels, de socialistas utópicos.

O fato é que, dirigindo inicialmente uma fábrica com quinhentos operários em Manchester, na Inglaterra, um desses “socialistas utópicos”, Robert Owen, via

no “caos dessa Revolução”¹¹ (Industrial), o terreno adequado para pôr em prática sua tese favorita¹². Assim ele abre a empresa New Lanark. “Uma população operária que foi crescendo paulatinamente até 2.500 almas, recrutada a princípio entre os elementos mais heterogêneos, na maioria dos quais desmoralizados, converteu-se nas suas mãos numa colônia modelo” (ENGELS, s/d). Entretanto, Owen não estava satisfeito com o que conseguira – “aqueles homens eram meus escravos” – e propõe um sistema de colônias comunistas para combater a miséria reinante na Irlanda. Tal iniciativa fracassou e, em 1844, Owen fundou a primeira cooperativa de consumo e produção, “como primeiro passo para uma transformação muito mais radical da sociedade” (ENGELS, s/d).

Neste caminho, Élisée Reclus faz uma emblemática experiência, quando em 1855 este geógrafo e anarquista mudou-se para Nova Granada (atual Colômbia) e ali, impressionado com a grande extensão de áreas desocupadas, tentou desenvolver um processo de colonização com imigrantes europeus, mas nada conseguiu. (RECLUS, 2011, *Apud*, CAMPOS, 2012, P.2).

As experiências acima poderiam se encaixar plenamente como identidades de resistência e projeto. Da discussão de identidade de projeto, Touraine dar um suporte teórico às ideias de Castells, quando defende que ela produz sujeitos. (os mesmos que vimos nas experiências utópicas). Nas palavras dele:

Chamo de sujeito o desejo de ser um indivíduo, de criar uma história pessoal, de atribuir significado a todo o conjunto de experiências da vida individual...a transformação de indivíduos em sujeitos resulta da combinação necessária de duas afirmações: a dos indivíduos contra as comunidades, e a dos indivíduos contra o mercado. (TOURAINÉ, *Apud*, CASTELLS, 1999, p. 26)

Castells chamaria este sujeito de ator social pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. Diz ele: “neste caso, a construção da identidade consiste em um projeto de uma vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade...” (*Ibid.*, 1999, p.26)

¹¹ É de Engels a referida expressão.

¹² “Robert Owen assimilava os ensinamentos dos filósofos materialistas do século XVIII, segundo os quais o caráter do homem é, por um lado, produto da sua vida, sobretudo durante o período do seu desenvolvimento” (ENGELS, s/d).

Este autor vai lembrar ainda que a política de identidade “deve ser situada historicamente”, citando Zaresky e que esta discussão estará em um contexto específico: o surgimento da sociedade em rede. E mais: “a sociedade em rede está fundamentada na disjunção sistêmica entre o local e o global para a maioria dos indivíduos e grupos sociais. E também, acrescentaria, na separação, em diferentes estruturas de tempo/espaço, entre poder e experiência”. *Ibid*, (1999, p. 26-27)
Prossegue:

A maior parte das ações sociais organiza-se ao redor da oposição entre fluxos não identificados e identidades segregadas. Quanto ao surgimento de identidades de projeto, tal fato ainda ocorre, ou pode ocorrer, dependendo das sociedades em questão. Apresento a hipótese: [...] sujeitos, se e quando construídos, não são mais formados com base em sociedades civis que estão em processo de desintegração, mas sim como um prolongamento da resistência comunal. (CASTELLS, 1999, p.27-28)

Da identidade de resistência, este autor (*Ibid.*,1999, p. 25) ressalta que

é provável que seja o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade. Ele dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a ‘essencialização’ dos limites da resistência” (CASTELLS, 1999, p.25)

Naquilo que cunharemos de “práticas de resistência”, que forças motrizes permeariam as relações no âmbito de um empreendimento solidário?

Buscando respostas razoáveis, apresentamos fragmentos de uma pesquisa empírica por nós realizada em 2012 na Ascamar¹³. Na incursão “percebemos a existência de relações de forte solidarismo, onde o pouco é compartilhado, como a comida, o café, os resultados financeiros, a passagem de ônibus, e os inevitáveis conflitos internos, tão próprios e naturais dos grupos sociais, expondo, desse modo, os sinais claros da instintiva luta pela sobrevivência, em face dos escassos recursos e das diferenças pessoais”. (WANDERLEY, 2014, p. 141-142). E mais, [...] “no caso dos trabalhadores da Ascamar, o compartilhamento das mazelas humanas, como por exemplo, maridos alcoólatras, filhos drogados e órfãos etc., pode ser feito livremente, sem repreensões. Há liberdade para isso” (*Ibid.*, 2014, p.142).

¹³ A Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis (ASCAMAR) é uma entidade de Economia Solidária localizada no centro histórico de São Luís (MA), cuja atividade econômica gira em torno da coleta e seleção de materiais para reciclagem. (WANDERLEY, 2014, p. 8)

Ainda na mesma empreitada, diante das dificuldades encontradas no âmbito deste espaço solidário¹⁴, questionamos: “Por que, então, esses trabalhadores se mantêm neste empreendimento? O que os fazem continuar se os resultados são desanimadores? Outras motivações como a do reconhecimento social ou “o sentir-se dono do processo produtivo” poderiam explicar, e que, neste caso, deveriam ser considerados como fatores motivacionais. (Ibid., 2014, p.150). Mas também porque “é produto de interações recíprocas, de relações” (SAQUET, 2005). Desse modo, identificamos fortes sinais de construção de uma identidade de resistência e de uma territorialização enquanto pertencimento.

Por outro lado, quanto a “prática de construção” de uma identidade de projeto? Na Ascamar,

na sua fundação em 2004, a associação compõe inicialmente seu corpo de sócios com catadores remanescentes do desativado Lixão do Jaracati, que deu lugar ao maior shopping center da capital maranhense, e da então Organização dos Catadores do Centro de São Luís, que atuava na região central. Compõe-se ainda, de um movimento organizado por desempregados e por trabalhadores de rua que já coletavam materiais de forma individualizada e informal”. (Ibid., 2014, p.143-144).

E ainda, “uma vez constituída formalmente, nos seus primeiros instantes, os apoios surgem, especialmente, pela prefeitura local, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, que cedeu o galpão”¹⁵. Sem falar que “Depois surgem outros apoios, como da fábrica Renosa¹⁶, da administração do Porto do Itaqui, dos Supermercados Wal-Mart, do Macro Atacadista e dos órgãos federais sediados nesta capital”. E segue:

Como resultados concretos das parcerias firmadas, aparecem a cessão do espaço físico, como já foi dito, o transporte do material coletado de segunda a sexta pela empresa privada que presta serviço de limpeza pública à prefeitura, a alimentação para o pessoal em serviço¹⁷ e a doação pela fábrica Renosa da prensa pneumática no valor de R\$ 15.000,00, que veio

¹⁴ Na ASCAMAR, encontramos ainda sinais de mais precarização e até mesmo de degradação. [...] A renda média/mensal auferida por seus trabalhadores gira em torno de R\$ 400,00, que se situa bem abaixo do salário mínimo vigente e longe do que é sugerido pelo Dieese. (WANDERLEY, 2014, p. 166-167)

¹⁵ O galpão onde funciona a ASCAMAR, na verdade é uma edificação centenária de uma antiga fábrica de tecidos no centro histórico de São Luís.

¹⁶ A Renosa produz os refrigerantes da marca Coca-Cola.

¹⁷ Um apoio não sistemático, visto que a empresa está frequentemente suspendendo o fornecimento das refeições (WANDERLEY, 2014).

ajudar sobremaneira no processo de armazenamento e transporte. (Ibid., 2014, p.143-144).

Do que vimos, não por acaso, Castells (1999, p. 28) fala que “enquanto na modernidade a identidade de projeto fora constituída a partir da sociedade civil, [...] na sociedade em rede, a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal”. Realidades bem comuns no cotidiano da associação pesquisada.

RESULTADOS PRELIMINARES

As questões elencadas no transcurso deste estudo não serão fechadas e sobretudo respondidas como gostaríamos, pela condição óbvia do seu “primeiro minuto”. Ainda assim, haveremos de nos atrever em responder preliminarmente as que apresentamos na sua introdução, que servirão, grosso modo e doravante, para abrir importante discussão. A pretensão é a de não querer alçar maiores voos na direção de “frágeis considerações”, só para vaidosamente as tê-las.

Perguntamos se poderia a economia solidária, enquanto território, a partir de seus princípios à atuação ser espaço de construção do tipo de identidade de resistência, - a de formação de *comunas* ou *comunidades*, - como pensam Etzioni e Castells, dentro da dinâmica do capitalismo moderno.

Ora, a pesquisa empírica apresentada fala por si só, isto porque a luta - reforçamos - desde os utópicos, garante dizer que as incontáveis tentativas e gestos de resistências, exitosos ou fracassados da economia solidária, mesmo “encampadas” (quando foi/for o caso) por governos democráticos ou autoritários, possui no seu cerne o DNA da contestação e da resistência. O que para Cruz (2007, p.19) “conforme a ‘posição’ do ator social a construção da identidade assume um configuração específica tanto no sentido da reprodução de uma ordem hegemônica quanto no de contestação desta ordem”.

E identidade de projeto, tal qual pensada por Alain Touraine e Manuel Castells?

A partir dos princípios fundantes às tentativas de construir sociedades emancipadas desde o século XVIII pelos “socialistas utópicos” até as experiências dos socialistas contemporâneos, pautadas especialmente em Paul Singer, - leva-nos a acreditar que as intencionalidades dos sujeitos que enveredam nesta categoria, seja no formato formal ou informal, extrapolariam a busca de renda e ocupação para também buscar a realização social. Lembrando que o sujeito em Castells é ator social, ou seja, construtor socialmente de sua identidade. Assim sendo, enquanto ser social, os sujeitos e não indivíduos - já enfatizados por Touraine e Castells - iriam para além do atendimento das necessidades fisiológicas, como vimos, justamente em razão do reconhecimento social, próprio do ser humano. Alinhado a existência da identidade na perspectiva de Bauman (2006) que é segurança e que indivíduos e grupos estabelecem em seus territórios políticos-administrativos.

Mesmo já tendo adiantado nossa posição, indagamos, se haveriam rivalidades no constructo destas identidades, isto é, uma disputa na construção simultânea pela mesma agência e portanto, um arcabouço de identidades sendo formadas/reveladas incompativelmente.

Para o caso, Castells afirma que “identidades que começam como resistência podem acabar resultando em projetos, ou mesmo tornarem-se dominantes nas instituições da sociedade, transformando-se assim em identidades legitimadoras para racionalizar sua dominação” (CASTELLS, 1999, p.24). A fala remete a ideia de um desdobramento/desencadeamento; de etapas de um processo. Acreditamos ser possível também se manifestar nesta lógica (pelo menos até as duas primeiras em se tratando da economia solidária) ou seja, uma iniciativa solidária começaria como um movimento de resistência frente a uma privação, por exemplo, e depois teria o papel de “transformar toda uma estrutura social”¹⁸.

Sem embargo, acreditamos também haver um entrelaçamento dessas identidades no processo. Portanto, uma compatibilidade. E aí aparece Castells para nós, ambíguo, pois não é ele mesmo que afirma lúcida e claramente na caracterização básica da identidade de resistência e de projeto a qual a primeira é

¹⁸ Não consideramos esta possibilidade dentro da dinâmica capitalista. Numa outra ordem social, talvez.

construída por atores sociais em posições/condições desvalorizadas? E a segunda funcionando quando atores sociais são capazes de se redefinir sua posição na sociedade? Então vislumbramos, nesta perspectiva, que Castells estar falando diretamente sobre a economia solidária, de seu cenário enquanto categoria, como se fosse objeto de sua análise. O Atlas/MA 2007 da economia solidária corrobora nesta direção quando cita em suas conclusões que “a criação da maioria dos empreendimentos econômicos solidários ainda teve na luta pela sobrevivência seu principal objetivo, superando a motivação da busca pela produção coletiva”.

A produção coletiva organizada (aquilo que podemos pensar de projeto) posicionada num segundo plano, em função da luta pela sobrevivência (ações de resistência), isto é, escolhas sendo feita pelas contingências socioeconômicas e políticas - no que entendemos - uma complementa a outra. Já o sentimento de pertença, visivelmente percebido na pesquisa empírica, só vem a reforçar o que aqui defendemos. Neste ponto, Paul Singer (2002, p.53) fala que, “essa economia foi concebida pelos utópicos como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social”. Fala ainda que “foi concebida para ser alternativa superior à capitalista, não em termos econômicos estritos, mas por proporcionar às pessoas que a adotam, na forma de produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor”.(SINGER, 2002, p. 53)

O mesmo olhar sob outro ângulo, diz Gómez (2001) que “La relación de pertenencia o apropiación no se refiere sólo a vínculos de propriedade sino también a aquellos lazos subjetivos de identidad e afecto existentes entre el sujeto y su territorio”.

Seria então os motivos pelos quais a economia solidária carrega signos de resistência, de projeto e por conseguinte de pertencimento?

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. de. **Fronteiras, territórios e territorialidades**. Revista da Anpege. Ano 2, n. 2 Fortaleza: ANPEGE, 2005



ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA/Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Cartilha da SIES/Unitrabalho/UFMA, 2007.

AUED, Idaletto Malvezzi; GRADE, Marlene. **Economia Solidária: um caminho para a superação da sociedade capitalista?** Encontro Nacional de Economia Política, 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires, 2006

CAMPOS, Rui Ribeiro de. **O Anarquismo na geografia de Élisée Reclus**. Rev. Geo. UEG - Goiania, v.1, n.1, p.1-26, jan./jun. 2012

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Paz e Terra. São Paulo, 2002.

CRUZ, V, C. **Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade**. In: BEZERRA, A. C.A. et. Al. (Orgs). Itinerários Geográficos. Niterói. EdUFF,2007.

GOMÉZ, Gustavo Montañez. **Razon y pasión del espacio y el território**. In:_____. Et. Al. (Orgs.) **Espacio y territórios: Razon, pasión y imaginários**. Bogotá: Unobiblos, 2001

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MANCE, Euclides A. **Rede de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Editora Vozes, 2002.

POLLICE, F. **O papel da identidade territorial no desenvolvimento local**. Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 27, p. 7-23, jan-jun, 2010

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática. São Paulo. 1993

SAQUET, M.A. **A Abordagem Territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território**. In: HEIDRICH, A. L. et al (Orgs). **A emergência da Multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005

SANTOS, M. **O Dinheiro e o território**. In_____ et.al. (orgs). **Território e territórios**. Niterói, 2002. p,09-15. THURIOT, F. **Cultures et territories: Les voices de la cooperation**. Paris, 1999.



SINGER, Paul.; SOUZA, A. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, 2002.

_____. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário.** 2004. Estudos Avançados 18 (51).

STUART, H. **A identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva Guacira Lopes Lobo. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

WANDERLEY, F. Carlos. **Crítica aos empreendimentos de economia solidária sob o aspecto da precarização da força de trabalho na periferia da periferia do mundo.** Saabrücken. Ed. Nea, 2014.